

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

**Curso Tecnológico de Ordenamento
do Território e Ambiente**

PROGRAMA DE GEOGRAFIA B

10º ano

Autores:

Odete Sousa Martins (Coordenação)

Alzira Filipe Alberto

Manuel Guilhermino Além

Homologação

05/03/2001

ÍNDICE

1ª PARTE - Introdução

1 – Contexto e justificação	6
2 – Natureza da disciplina e sua integração no currículo	9

2ª PARTE – Apresentação do programa

1 – Finalidades	14
2 - Objectivos gerais / competências	15
3 – Visão geral dos temas e conteúdos	16
4 – Sugestões metodológicas gerais	18
5 – Recursos	22
6 – Avaliação	23

3ª PARTE – Desenvolvimento do programa

1 - Gestão dos temas / conteúdos do 10º ano	28
2 - Especificação dos temas / conteúdos do 10º ano	29

4ª PARTE - Bibliografia

Notas bibliográficas	48
Bibliografia	53

1ª PARTE

INTRODUÇÃO

1 - Contexto e justificação

As opções tomadas pelo grupo de trabalho que delineou os conteúdos programáticos e as linhas orientadoras dos programas de Geografia (A e B) e de Técnicas de Ordenamento do Território tiveram como quadro de referência:

- a Lei de Bases do Sistema Educativo, os documentos orientadores das políticas do Ministério da Educação e as orientações emanadas pelo DES. Destes documentos salientamos dois grandes princípios orientadores: no que concerne aos Cursos Gerais, garantir os sistemas de permeabilidade e a promoção de uma formação científica sólida no domínio dos conhecimentos; no que concerne aos Cursos Tecnológicos contribuir para a aprendizagem das competências consideradas necessárias para o exercício de actividades profissionais qualificadas;
- os princípios estabelecidos na Carta Internacional da Educação Geográfica;
- a inexistência, de facto, de um ensino da Geografia dirigido objectivamente ao estudo de Portugal em qualquer dos Ciclos de Estudo anteriores ao Ensino Secundário.

A tomada de decisões alicerçou-se ainda:

- nos resultados de um estudo realizado pela Associação de Professores de Geografia acerca dos conhecimentos sobre Portugal dos alunos ao momento da entrada no 3.º Ciclo do Ensino Básico (7.º Ano) e à entrada no Ensino Secundário (10.º Ano);
- nos resultados preliminares do inquérito “Concepção e Perspectivas dos Professores de Geografia” lançado pela Associação de Professores de Geografia;
- em consultas presenciais realizadas a representantes dos Conselhos Científicos de diferentes departamentos do Ensino Superior onde são leccionados cursos de Geografia, Planeamento Regional e Urbano ou Ambiente e Ordenamento do Território – Faculdades de Letras das Universidades Clássicas de Coimbra, de Lisboa e do Porto; Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Aveiro;
- no contributo que as disciplinas de Geografia e de Técnicas de Ordenamento do Território podem dar em cada um dos cursos em que estão inseridas considerando o carácter geral ou tecnológico desse mesmo curso;
- nas sugestões propostas pelos consultores científicos e pelos consultores pedagógicos e, ainda, pelas escolas e docentes que o fizeram de forma espontânea.

Assim, o grupo de trabalho tomou como opção:

- centrar, em Portugal, os conteúdos a abordar nos 10.º e 11.º anos, alargando a escala de análise à União Europeia, sobretudo no 11.º ano;
- centrar, com excepção para a disciplina de Geografia do 12.º Ano do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, os conteúdos do 12.º ano, em problemáticas de âmbito geográfico relevantes a nível mundial. Esta opção de centrar os conteúdos no território português no 10.º e 11.º anos catapultou, no caso do Curso Tecnológico de Turismo, para o 12.º ano uma análise dos fenómenos à escala mundial que são relevantes para o Turismo: mobilidade das pessoas, seus objectivos e natureza dos fluxos; problemas ligados à grande e rápida mobilidade das pessoas entre áreas geográficas distantes e distintas.

O grupo de trabalho deu cumprimento às orientações superiormente estabelecidas para a elaboração dos programas nomeadamente ao:

- indicar os conceitos e as competências essenciais adquiridas no ensino básico indispensáveis para o desenvolvimento de cada um dos programas. A identificação deste conjunto de conceitos e competências foi amplamente debatida com o grupo de trabalho do DEB responsável pela disciplina de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico. A introdução da listagem acima referida não pressupõe que a avaliação diagnóstica e a implementação de estratégias de remediação se realize de modo exaustivo no tema inicial mas, se realize também no início dos temas em que tal se revele necessário de modo a adequar as planificações à real situação dos alunos;
- introduzir um módulo inicial que, tal como o previsto nas orientações para a elaboração dos programas, contribua por um lado para colmatar deficientes aquisições de conceitos ou outras competências e, por outro lado, para a criação de um momento de descoberta dos alunos nomeadamente no que se refere aos seus hábitos de trabalho, à atitude do aluno perante a escola, em geral e a disciplina, em particular. Assim, no âmbito desta avaliação diagnóstica pretende-se, também, que o professor conheça o significado que a disciplina tem para cada um dos alunos, o grau de interesse e as respectivas motivações de modo a colher informações que orientem o desenvolvimento programático para além do saber e do saber fazer, contribuindo para o saber ser e o saber evoluir.

O grupo de trabalho teve como preocupação:

- proporcionar, através das sugestões metodológicas e da apresentação de uma lista de conceitos/noções básicas, uma clarificação dos conteúdos e uma delimitação do grau de aprofundamento dos mesmos no sentido de viabilizar a exequibilidade dos programas;

- a articulação vertical dos conteúdos. Nesse sentido, são apresentados alinhamentos de conteúdos para o 10.º e 11.º anos no caso da disciplina ser bienal (Geografia A e Técnicas de Ordenamento do Território) e alinhamentos de conteúdos para o 10.º, 11.º e 12.º anos (Geografia B – Curso Tecnológico de Turismo; Geografia B – Curso Tecnológico de Ordenamento do Território);
- a articulação com outras disciplinas da componente científico-tecnológica cujos conteúdos programáticos se articulam directamente com a disciplina de Geografia nomeadamente a disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território no caso do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território de modo a não haver sobreposição dos mesmos, podendo haver, eventualmente, franjas que se tocam ou se interpenetram o que deverá ser encarado como uma possibilidade de estabelecer “pontes” e de dar um carácter de continuidade às diferentes disciplinas afins;
- a articulação com outras disciplinas da componente científico-tecnológica nomeadamente as disciplinas de Património Local e Regional e Técnicas de Actividades Turísticas no caso do Curso Tecnológico de Turismo e das disciplinas de Ecologia e Técnicas de Ordenamento do Território no caso do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território participando em reuniões com os respectivos coordenadores de modo a privilegiar a articulação entre as mesmas;
- dar resposta às sugestões de competências transversais a adquirir pelos alunos que frequentam o Ensino Secundário nomeadamente as relativas à promoção para a Saúde emanadas pela CCPES (Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde), à promoção de uma Educação para a Cidadania e da aquisição de conhecimentos e utilização das Novas Tecnologias de Informação.

2 – Natureza da disciplina e sua integração no currículo

“A Educação mais elevada é aquela que não se limita a inculcar-nos conhecimentos mas que coloca a nossa vida em harmonia com toda a existência.” (Tagore, in Manual da UNESCO para o Ensino da Geografia, 1978).

Num Mundo cada vez mais global, no qual se assiste a mudanças permanentes na sociedade, o processo educativo deve acompanhar essas mudanças não esquecendo as especificidades de cada região. As modificações na tecnologia industrial e nos meios de comunicação, bem como o aumento da mobilidade espacial condicionam a vida das pessoas e a organização do território. O progresso técnico trouxe riscos e ameaças para o desenvolvimento do bem-estar social. A consciência das limitações dos recursos naturais e do actual estado de degradação ambiental do nosso planeta pôs em evidência a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento com o equilíbrio dos ecossistemas naturais. O crescente valor económico e social atribuído à qualidade do ambiente e à necessidade de preservar os recursos naturais, abrem caminho à convergência de interesses por parte dos Estados, da sociedade e dos agentes económicos, no sentido de uniformizar as acções e as práticas, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento.

A Geografia pela actualidade e diversidade das temáticas que aborda é fundamental na formação integral do cidadão. Ela permite a sistematização de um potencial de conhecimentos sobre o mundo contemporâneo numa perspectiva multidimensional, multidisciplinar e integradora. Contribui também para a percepção da crescente interdependência planetária dos problemas que afectam as relações entre as pessoas e entre estas e o ambiente. Por fim estimula o interesse dos alunos por uma participação mais consciente e solidária enquanto cidadãos, na procura de soluções alternativas.

Um dos objectivos fundamentais da Educação Geográfica é o conhecimento da problemática social e ambiental dos diferentes lugares do Mundo (Souto González, 1996) e é nesse sentido que o Ensino da Geografia se deve orientar; ela pode ter um contributo importante na Educação Ambiental e na Educação para a Cidadania, consciencializando os alunos do impacte do seu próprio comportamento, fornecendo-lhes informação rigorosa e ajudando-os a desenvolver capacidades que lhes permitam tomar decisões fundamentadas relativas ao ambiente, contribuindo para o aparecimento duma nova ética relativa ao ambiente, que guie as suas acções.

O Ensino da Geografia nos cursos tecnológicos de Turismo e de Ordenamento do Território, integrado na componente científico - tecnológica, emerge da necessidade de formação dos jovens para a vida activa, com um sólido conhecimento do mundo onde vivem e sabendo pensar o seu território. A Geografia é a disciplina que se ocupa especificamente do estudo do “espaço geográfico”, entendido como o resultado das interacções dos elementos naturais e do espaço social.

Assim a inclusão da disciplina de Geografia B nestes cursos tecnológicos pretende “educar geograficamente” o aluno, ou seja, dotá-lo de argumentos que lhe permitam compreender e explicar as relações do ser humano com os outros elementos do meio, em diferentes territórios. Este programa contribui para a aquisição de um conhecimento multidimensional do mundo, desenvolvendo no aluno uma série de competências, quer enquanto indivíduo integrado numa sociedade complexa e em constante mudança, quer a nível de preparação para a vida activa.

Sendo a Geografia uma disciplina já iniciada no Ensino Básico considera-se importante a articulação entre os dois níveis de ensino. Assim, no início do Ensino Secundário, o aluno deve ter adquirido as seguintes competências e conhecimentos essenciais.

- Utilizar o vocabulário geográfico, de forma clara, oralmente e por escrito.
- Ler diferentes tipos de mapas (hipsométrico, temáticos).
- Ler mapas a diferentes escalas.
- Ler gráficos lineares, de barras e sectogramas.
- Recolher e organizar dados estatísticos.
- Construir gráficos lineares e de barras.
- Recolher e organizar informação oral e escrita.
- Identificar os elementos fundamentais de uma paisagem.
- Determinar distâncias reais sendo dada a escala do mapa.
- Localizar lugares num planisfério utilizando as coordenadas geográficas.
- Distinguir as diferentes formas de relevo.
- Localizar os grandes conjuntos morfológicos a nível mundial.
- Localizar os grandes desertos.
- Localizar os grandes rios a nível mundial.
- Localizar os grandes conjuntos climáticos.
- Caracterizar, quanto à temperatura e à precipitação, os grandes conjuntos climáticos.
- Caracterizar as formações vegetais espontâneas dos grandes tipos de clima.
- Relacionar a distribuição da população com factores naturais e humanos.
- Utilizar conceitos básicos de demografia.
- Relacionar os diferentes ritmos de crescimento demográfico com o comportamento das variáveis demográficas.
- Reconhecer os principais problemas demográficos na actualidade.
- Distinguir tipos de agricultura quanto às técnicas utilizadas e quanto ao destino da produção.
- Reconhecer que a modernização dos transportes torna os lugares mais acessíveis.
- Reconhecer que as desigualdades económico-sociais podem (co)existir a diferentes escalas.
- Reconhecer que as actividades humanas estão na origem dos actuais problemas ambientais.
- Reconhecer o papel da circulação atmosférica e oceânica na difusão da poluição.

- Relacionar a delapidação dos recursos naturais com o crescimento da população mundial.
- Reconhecer que a exploração dos recursos se deve realizar abaixo da capacidade de regeneração dos mesmos.

Estas competências/conhecimentos são considerados indispensáveis para o desenvolvimento do programa do Ensino Secundário; devem ser tidos em consideração na realização da avaliação diagnóstica, tanto para a reorientação dos alunos como para o delinear de estratégias de recuperação.

2ª PARTE

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

1 - Finalidades

O ensino da Geografia deve:

- promover o desenvolvimento pessoal, numa perspectiva de responsabilidade, de autonomia e de confiança em si próprio;
- desenvolver a curiosidade geográfica como promotora da educação para a cidadania;
- aprofundar o saber/pensar o espaço geográfico, no sentido da disponibilidade para a reconstrução crítica do próprio saber;
- aprofundar o conhecimento de culturas e de territórios, numa formação orientada para o respeito, solidariedade e tolerância;
- promover a consciencialização da complexidade das causas dos fenómenos espaciais e da interacção dos vários factores na sua explicação;
- promover a participação nas discussões relativas à organização do espaço ponderando os riscos para a saúde e para o ambiente envolvidos nas tomadas de decisão;
- desenvolver um sentido de pertença e de atitudes de solidariedade territorial numa perspectiva de sustentabilidade.

2 - Objectivos gerais / competências

O desenvolvimento dos temas/conteúdos deve contribuir para a aquisição/desenvolvimento das seguintes competências nos domínios das atitudes, das capacidades e dos conhecimentos.

- Reflectir sobre as atitudes individuais e colectivas face às realidades geográficas.
 - Valorizar hábitos e métodos de trabalho desenvolvendo o gosto pelo rigor científico.
 - Avaliar a utilização individual e colectiva dos recursos naturais.
 - Valorizar o património natural e construído numa perspectiva de sustentabilidade.
 - Discutir criticamente diferentes soluções para os problemas espaciais.
 - Intervir no sentido de atenuar as assimetrias valorizando a preservação das diferenças.
 - Valorizar as diferenças entre indivíduos e culturas.
-
- Expressar-se com correcção na língua portuguesa, oralmente e por escrito.
 - Utilizar de forma rigorosa o vocabulário específico da disciplina.
 - Utilizar os métodos indutivo e dedutivo no estudo dos fenómenos geográficos a diferentes escalas.
 - Desenvolver a capacidade de análise da realidade numa perspectiva sistémica.
 - Utilizar métodos e técnicas de análise geográfica na explicação de situações territoriais diversificadas.
 - Desenvolver a capacidade de diálogo crítico no debate de situações concretas.
 - Rentabilizar as novas tecnologias de informação e comunicação.
-
- Inferir a necessidade de mudança de escala de análise na compreensão do espaço geográfico.
 - Compreender que o espaço geográfico integra aspectos naturais, económicos, sociais e culturais.
 - Compreender as inter-relações entre factores físicos e humanos na organização do território.
 - Reconhecer a existência de homogeneidades e heterogeneidades entre as paisagens.
 - Reconhecer os impactos espaciais resultantes da integração de Portugal na U.E..
 - Compreender a fragilidade dos ambientes naturais.
 - Reconhecer a importância da preservação do património paisagístico.
 - Reconhecer o papel da urbanização na organização e na qualidade de vida do território.
 - Compreender o papel da mobilidade da população no desenvolvimento da actividade turística.
 - Reconhecer a importância da actividade turística na valorização das paisagens.
 - Compreender o papel do ordenamento do território no processo de desenvolvimento sustentável.
 - Compreender a importância da qualidade ambiental na melhoria da qualidade de vida.
 - Compreender o papel da cooperação na resolução de problemas a várias escalas.

3 – Visão geral de temas / conteúdos

PORTUGAL: PAÍS ATLÂNTICO POR POSIÇÃO, MEDITERRÂNEO POR VOCAÇÃO

10º ANO

Módulo inicial: “A posição de Portugal na Europa e no Mundo”

- A composição do território nacional
- A posição geográfica de Portugal
- A inserção de Portugal em diferentes espaços

1 - A diversidade do quadro natural de Portugal

- 1.1 – Os contrastes no relevo
- 1.2 – As potencialidades do subsolo
- 1.3 – A diversidade do clima
- 1.4 – As disponibilidades hídricas

2 - As paisagens: imobilidade e mudança

- 2.1 – A variedade das paisagens em Portugal
- 2.2 – A paisagens e o ambiente

Estudo de caso: “Como valorizar e preservar as paisagens da minha região?”

11º ANO

3 - A dinâmica da população portuguesa

- 3.1 – A população e o território
- 3.2 – Os (des)equilíbrios das estruturas demográficas

4 - A revalorização das áreas urbanas

- 4.1 – As cidades em Portugal
- 4.2 – A qualidade de vida nas cidades portuguesas

5 - As áreas rurais em mudança

- 5.1 – As características da actividade agrícola
- 5.2 – Os novos usos do espaço rural

Estudo de caso: “A população e as actividades da minha região”

CURSO TECNOLÓGICO DE TURISMO

1 - A urbanização do Mundo

- 1.1 – A evolução da população urbana mundial
- 1.2 – Os contrastes da urbanização
- 1.3 – Os problemas da urbanização

2 - A circulação internacional de pessoas

- 2.1 – A mundialização dos transportes e o aumento da mobilidade
- 2.2 – As motivações da mobilidade
- 2.3 – Os “problemas” da mobilidade

3 – As actividades turísticas e de lazer

- 3.1 – Os fluxos turísticos
- 3.2 – O impacto espacial da actividade turística

Estudo de caso

CURSO TECNOLÓGICO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1 – A União Europeia e o desenvolvimento regional

- 1.1 – A evolução da União Europeia
- 1.2 – A Europa das regiões

2 – O ordenamento territorial do espaço comunitário

- 2.1 – As grandes regiões europeias
- 2.2 – O desenvolvimento do espaço comunitário

3 – Portugal e a União Europeia: os cenários de futuro

- 3.1 – As tendências demográficas
- 3.2 – As perspectivas de (re)estruturação territorial
- 3.3 – O desafio ambiental

Estudo de caso

4 – Sugestões metodológicas gerais

“A Educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser” (CIEG, 1996: 88).

O conhecimento da realidade social e ambiental constitui um dos objectivos fundamentais da Educação Geográfica. Para isso, as várias actividades de aprendizagem devem incidir em formas de construção do conhecimento sobre o espaço geográfico, entendido aqui como uma integração da dimensão subjectiva (pessoal, mental) com a dimensão territorial. É necessário preparar os jovens para a vida activa, com um sólido conhecimento do mundo onde vivem e sabendo pensar o espaço.

Qualquer acto educativo tem subjacente determinado modelo teórico, sendo o modelo reconstrutivo o que melhor responde às necessidades actuais. A escola deve acompanhar a evolução da sociedade e como os novos meios de comunicação trazem até aos alunos um manancial nunca visto de informação, a escola tem de saber potencializar essa informação. É através do modelo reconstrutivo que a escola estabelece a interligação entre os conhecimentos que o aluno adquire fora dela e aqueles que ela lhe proporciona, ou seja, parte-se do «currículo planeado» até chegar ao «currículo construído», tendo em consideração os «saberes dos alunos».

O Ensino da Geografia deve educar geograficamente as pessoas para o Mundo onde vivem. O que se pretende, independentemente do modelo de análise seleccionado é a aquisição dos valores absolutos e relativos da ciência geográfica.

Num paradigma humanista estudam-se as situações da sociedade e dos indivíduos, na perspectiva das suas vivências, para interpretar as relações entre o comportamento e o ambiente. Realça-se a interacção indivíduo/ambiente, valorizando-se a investigação do quadro natural, e o estudo das inter-relações indivíduo/grupo/ambiente. Esta tendência implica uma observação participante com um trabalho de campo sistemático, idêntica à observação defendida pelo paradigma ecológico a nível educativo.

Esta perspectiva exige um esforço do professor para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem activas, com uma componente experimental e inseridas numa linha construtivista, facilitadora do amadurecimento intelectual do aluno. Cada projecto pedagógico tem de ser desenvolvido a partir das finalidades que transformadas em objectivos educacionais (ao nível dos conhecimentos, das capacidades e das atitudes), devem orientar a selecção dos temas/problemas a abordar na organização dos conteúdos e dos métodos de investigação geográfica, bem como das estratégias a utilizar. A tónica deste modelo é colocada no papel que o professor tem na gestão dos conteúdos a leccionar, com vista à tentativa de explicação de problemas actuais. Contudo, estas explicações devem ter como suporte uma base científica sólida e não

ficarem apenas na apresentação dos resultados das investigações feitas pelos alunos (Souto González, 1998). Nesta perspectiva a especificação, em cada subtema de objectivos didácticos, sobretudo do domínio do conhecimento, poderá ser entendida como contraditória com o modelo construtivista subjacente a este programa. No entanto, considerou-se importante a sua clarificação como forma de aferir as aprendizagens a nível nacional, uma vez que qualquer prova de avaliação externa incide principalmente sobre esse domínio. Esta opção também teve em consideração as desigualdades de acesso à formação/informação existentes nas escolas. A explicitação destes objectivos não significa o «esquecimento» dos outros domínios que surgem referenciados no “nível de abordagem” em cada subtema e na indicação dos recursos a utilizar.

Em cada subtema o “nível de abordagem” tem em atenção a carga horária atribuída a esta disciplina, as características gerais dos alunos dos cursos tecnológicos e a natureza técnica e tecnológica dos respectivos cursos. As sugestões que são referidas, bem como a distribuição das horas lectivas, são orientadoras do nível de profundidade que se pretende. A explicitação dos conteúdos a leccionar é complementada com as noções básicas e os conceitos, os quais devem ser entendidos numa perspectiva de permanente (re)construção, não devendo, por isso, ser tratados com a mesma profundidade. A abordagem deve permitir aos alunos construir/aprofundarem conceitos cientificamente correctos e com o nível adequado, evitando um conhecimento enciclopédico de cada assunto.

A utilização das designações “conceitos” e “noções básicas” na mesma coluna resulta da inclusão de conceitos elementares, facilmente aprendidos por observação e contraste de casos concretos e de outros mais abstractos.

Os conceitos estruturantes da Geografia – distância, distribuição, escala, espaço geográfico, interacção, localização, lugar, mudança/permanência, região e território - foram seleccionados a partir de diferentes fontes bibliográficas (Comissão da Educação Geográfica, 1992; Merenne Schoumaker, 1985; Souto González, 1990). São conceitos complexos e abstractos, segundo os quais se deve orientar toda a aprendizagem geográfica, por isso, considerou-se que a sua inserção em todos os temas se iria tornar repetitiva, dificultando a articulação entre objectivos, conteúdos, conceitos e nível de abordagem. No sentido de tornar essa articulação mais clara e ao mesmo tempo evidenciar a transversalidade destes conceitos estruturantes, optou-se pela elaboração de um quadro-síntese após a conclusão do programa do 12º ano.

Compete ao professor a selecção de estratégias adequadas à concretização das sugestões propostas, atendendo aos objectivos gerais dos diferentes domínios e ao contexto onde está inserido, mas privilegiando sempre a interacção Escola – Meio e o Projecto Educativo de cada escola. No entanto, sugere-se o desenvolvimento de actividades no âmbito da investigação geográfica, que possibilitem a recolha, a selecção e o tratamento de informação variada.

A observação directa (visitas de estudo, trabalho de campo, etc) e a indirecta (pesquisa bibliográfica, documentação gráfica e cartográfica, pesquisa de legislação, filmes, etc.) são processos aconselhados para a recolha de informação. Quanto ao tratamento e apresentação da informação deve ser diversificado, utilizando processos estatísticos, gráficos e cartográficos, para além de textos escritos. Não obstante o processo escolhido deve valorizar-se o rigor científico e recorrer, sempre que possível, às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

No âmbito dos Cursos Tecnológicos de Turismo e de Ordenamento do Território considera-se básico, numa primeira fase, o conhecimento do território português, numa perspectiva geográfica e cultural, a partir de um tema central – *Portugal: país atlântico por posição e mediterrâneo por vocação* – a leccionar nos 10º e 11º anos. A sua desagregação pressupõe uma abordagem segundo um modelo de investigação que se inicia no conhecimento, e que se baseia na localização e distribuição dos aspectos naturais do território e nas relações homem/ambiente. Ao longo do tratamento dos temas deve salientar-se o reconhecimento das vantagens comparativas de cada território e a reflexão sobre as alternativas a considerar para a sua valorização, tendo sempre por base a preservação do ambiente.

O módulo inicial “*A posição de Portugal na Europa e no Mundo*” deve ser encarado como um espaço de descoberta do aluno e das suas motivações para a aprendizagem da Geografia e, como um tema no qual se pretende fazer uma localização e enquadramento natural e cultural do território português, assim como das ligações que este mantém com outros espaços.

A preparação para a vida activa e a formação de um técnico pressupõe um sólido conhecimento de Portugal. Considera-se que esse conhecimento desenvolve-se através dos seguintes temas:

- 1 – *A diversidade do quadro natural de Portugal;*
- 2 – *As paisagens: imobilidade e mudança;*
- 3 – *A dinâmica da população portuguesa;*
- 4 – *A revalorização das áreas urbanas;*
- 5 – *As áreas rurais em mudança .*

No 12º ano a compreensão dos factos é alargada para uma escala de análise mais global, mas de uma forma diferenciada para o Curso Tecnológico de Turismo e para o Curso Tecnológico de Ordenamento do Território.

No Curso Tecnológico de Turismo os temas a leccionar são os seguintes:

- 1 - *A urbanização no Mundo;*
- 2 – *A circulação internacional das pessoas;*
- 3 – *As actividades turísticas e de lazer.*

No Curso Tecnológico de Ordenamento do Território os temas são os seguintes:

- 1 – A União Europeia e o desenvolvimento regional;*
- 2 – O ordenamento territorial do espaço comunitário;*
- 3 – Portugal e a União Europeia: os cenários de futuro.*

A leccionação de todos estes temas deve adoptar como estrutura de referência o conhecimento dos elementos naturais, humanos e culturais dos territórios; a compreensão das principais interacções entre aqueles elementos; a reflexão sobre os aspectos estudados visando a valorização dos territórios, através da transformação das vantagens comparativas em vantagens competitivas; e a preocupação pelo equilíbrio nas relações população/ambiente, preservando o património natural e construído, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A concretização apresentada no nível de abordagem em cada um dos subtemas, independentemente das estratégias e actividades seleccionadas, deve privilegiar uma metodologia que passe, por uma abordagem sistémica facilitadora da identificação das variáveis intervenientes na organização do espaço; por uma territorialização/espacialização dos fenómenos que evidencie a interacção de todos os factores; por um nível de análise multidimensional que torne relevante o modo como as diferenças entre o local e o global estão em interacção constante; e pela resolução de problemas que possibilite aos alunos a procura de soluções adequadas na gestão dos conflitos.

Na elaboração deste programa privilegiou-se a sua exequibilidade, em detrimento de alguns temas que possam ser considerados relevantes. Deste modo, importa realçar que não se pretendem descrições demasiado exaustivas nem aprofundadas dos conteúdos apresentados. Aconselha-se ainda, no caso do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território, a articulação com a disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território, de acordo com as sugestões apresentadas no nível de abordagem de alguns subtemas, a fim de evitar sobreposições desnecessárias e favorecer a complementaridade.

5 – Recursos

No ensino da Geografia devem utilizar-se recursos didácticos diversificados, quer como instrumentos de análise geográfica, quer como auxiliares na formação de imagens mentais. Deve ser feita uma rigorosa selecção da quantidade e da qualidade dos recursos a utilizar, importando salientar que estes podem ser elaborados pelos professores ou pelos alunos. A utilização sistemática e atempada dos recursos preferencialmente mais adequados pressupõe uma organização escolar que possibilite ao professor permanecer numa sala equipada, o que irá facilitar uma metodologia mais activa e experimental.

A - Equipamentos:

<ul style="list-style-type: none">- projector de diapositivos;- retroprojector;- episcópio;- écran;- estereoscópios;- televisão;- leitor de vídeo/DVD;	<ul style="list-style-type: none">- câmara de vídeo e máquina fotográfica (disponíveis quando necessário);- computador com impressora, com <i>scanner</i> e com ligação à <i>internet</i>;- <i>datashow</i>;- armário de mapas;- arquivador de livros e revistas.
--	---

B – Materiais:

<ul style="list-style-type: none">- fotografias e diapositivos – podem incluir trabalhos elaborados pelos professores, ou realizados pelos alunos como produto de investigação;- videogramas - podem incluir gravações de documentários da televisão, registos feitos pelo professor ou pelos alunos, quer de testemunhos importantes (entrevistas, conferências, histórias de vida), quer também como produto de uma investigação (estudo de caso);- imagens de satélite e fotografias aéreas;- mapas – de diferentes escalas (local, regional, nacional, europeia e mundial) e diversificados (topográficos, temáticos); aconselha-se a utilização do Atlas do Ambiente;- modelos tridimensionais;- estatísticas diversas;- relatórios de organismos internacionais – da Comissão Europeia, do PNUD, do Banco Mundial entre outros;- planos diversos – o PROT, o PDM, os planos de áreas protegidas da região/concelho onde se localiza a escola, assim como outros que se considerem de interesse;- legislação - Lei de Bases do Ambiente, Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei de Bases da Água, Plano Rodoviário Nacional e outros que se considerem relevantes;- <i>software</i> específico da disciplina;- <i>sites</i> na <i>internet</i> divulgados pela Associação de Professores de Geografia através das suas publicações e da respectiva página em www.aprofgeo.pt.

C – Consumíveis diversos

6 - Avaliação

A avaliação tem de ser coerente com todo o currículo, deste modo ela deve ser uma prática pedagógica sistemática, contínua e inserida em todo o processo de ensino/aprendizagem, incidindo principalmente sobre os processos e valorizando a sua componente formativa.

A avaliação deve ser integrada, integral, contínua e sistemática. Integrada porque faz parte do conjunto de actividades do processo de ensino/aprendizagem e integral porque deve ter em conta, a aquisição de novos conceitos, de procedimentos e o desenvolvimento de atitudes. A avaliação deve ser também contínua e sistemática, porque pressupõe uma complementaridade de processos de recolha de dados, de uma forma sistemática e numa interacção permanente professor/aluno.

A avaliação deve também ser individualizada, porque se cada situação de aprendizagem é única e cada aluno um indivíduo diferente, não se pode exigir a todos os mesmos comportamentos. Dada a sua função predominantemente formativa, todos os intervenientes devem participar no processo através da auto e da hetero-avaliação, o que permitirá o desenvolvimento da autoconfiança e da progressão na aprendizagem.

A avaliação das aprendizagens deve orientar-se pelos seguintes princípios básicos: diversificação de instrumentos (registos de observação, relatórios e outros textos escritos, entrevistas, listas de verificação, registos de auto e hetero avaliação, diário do professor, caderno do aluno, análise de trabalhos individuais e de trabalhos de grupo, debates, testes); autenticidade (fazendo coincidir as tarefas e as actividades com a avaliação); melhoria das aprendizagens (atribuindo maior importância à avaliação formativa como reguladora do processo de ensino-aprendizagem); diversificação dos intervenientes (estabelecendo a comunicação entre professores e alunos e permitindo a reflexão sobre o percurso realizado e sobre a construção das aprendizagens).

No decorrer do processo de ensino-aprendizagem devem portanto considerar-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a avaliação inicial, realizada a partir de questionários que permitam um melhor conhecimento do aluno e a determinação de conceitos e competências essenciais, que irão permitir delinear estratégias de recuperação;
- a avaliação processual, que deve estar sempre presente, “trata-se do elemento regulador do ensino e da aprendizagem, ajudando o aluno a aprender e o professor a ensinar” (Perrenoud, 1993). Ela torna o aluno mais consciente e mais responsável pela sua aprendizagem e fornece ao professor uma série de informações que lhe permitem fazer os necessários reajustamentos, adaptando ou construindo outros instrumentos de avaliação e materiais pedagógicos; permite assim, uma interacção permanente entre a avaliação e a acção educativa.

- a avaliação sumativa, que constitui o balanço do que o aluno aprendeu, no final de uma fase do processo ensino/aprendizagem devendo, tal como noutras modalidades, ser alvo de grande rigor, para o que é fundamental a definição de critérios objectivos de avaliação o mais precisos possível.

Os objectivos gerais são o referencial do conjunto de aprendizagens exigíveis no final do ensino secundário. Cabe ao grupo disciplinar/departamento a definição de critérios de avaliação a partir desses objectivos, assim como a construção de instrumentos de avaliação diversificados, que incidam não só nos aspectos cognitivos, mas também sobre as capacidades e as atitudes. Neste processo, tal como os alunos, os encarregados de educação devem também ser informados dos critérios e dos parâmetros de avaliação que vão ser utilizados.

3ª PARTE

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1 - Gestão dos temas / conteúdos do 10º ano

TEMAS / CONTEÚDOS	N.º DE AULAS PREVISTAS *
Módulo inicial: “A posição de Portugal na Europa e no Mundo”	10
<ul style="list-style-type: none"> – A composição do território nacional – A posição geográfica de Portugal – A inserção de Portugal em diferentes espaços 	
1 – A diversidade do quadro natural de Portugal	
1.1 – Os contrastes no relevo	8
<ul style="list-style-type: none"> 1.1.1 – As características morfológicas de Portugal Continental 1.1.2 – O relevo de Portugal Continental no conjunto da Península Ibérica 1.1.3 – A morfologia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira 1.1.4 – A valorização económica do relevo 	
1.2 – As potencialidades do subsolo	4
<ul style="list-style-type: none"> 1.2.1 – Os recursos do subsolo 1.2.2 – A valorização económica do subsolo 	
1.3 – A diversidade do clima	10
<ul style="list-style-type: none"> 1.3.1 – A especificidade climática de Portugal Continental 1.3.2 – As características do clima dos arquipélagos dos Açores e da Madeira 1.3.3 – A valorização económica do clima 	
1.4 – As disponibilidades hídricas	10
<ul style="list-style-type: none"> 1.4.1 – A irregularidade na distribuição da água 1.4.2 – A utilização dos recursos hídricos 1.4.3 – A gestão dos recursos hídricos 	
2 – As paisagens: imobilidade e mudança	
2.1 – A variedade das paisagens em Portugal	10
<ul style="list-style-type: none"> 2.1.1 – Os elementos identificadores da paisagem 2.1.2 – O tradicionalismo das paisagens rurais 2.1.3 – O dinamismo das paisagens urbanas 	
2.2 – As paisagens e o ambiente	4
<ul style="list-style-type: none"> 2.2.1 – As paisagens como património a preservar 2.2.2 – A gestão e manutenção das paisagens 	
Estudo de caso: “Como valorizar e preservar as paisagens da minha região?”	10
TOTAL DE AULAS	66

(*) Aulas de 90 minutos

2 - Especificação dos temas / conteúdos do 10º ano

<p>Módulo inicial</p> <p>A POSIÇÃO DE PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO</p>	<p>Núcleo conceptual</p> <p>A localização e o posicionamento de Portugal como factores de valorização cultural e económica.</p>
<p>Conceitos</p> <p>Noções básicas</p> <p>Águas territoriais Arquipélago CPLP Espaço aéreo Fronteira Globalização Localização absoluta Localização relativa NUT Países lusófonos Região Região atlântica Região autónoma Região mediterrânea Tratado de Roma Tratado de Maastricht União Europeia Zona Temperada</p>	<p>Conteúdos</p> <ul style="list-style-type: none">– A composição do território nacional– A posição geográfica de Portugal– A inserção de Portugal em diferentes espaços
	<p>No final deste módulo o aluno deve ser capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conhecer a composição das várias unidades territoriais de Portugal.• Reconhecer a posição de Portugal Continental e Insular na Europa e no Mundo.• Caracterizar, sob o ponto de vista geográfico, a região mediterrânea e a região atlântica.• Debater a importância da posição geográfica de Portugal no contexto da Europa.• Salientar a importância da integração de Portugal na União Europeia.• Reconhecer a importância do espaço lusófono, bem como das comunidades de emigrantes.• Valorizar as relações de Portugal com as comunidades de emigrantes e com os países lusófonos.• Reconhecer a importância estratégica de Portugal num mundo cada vez mais global.

Módulo inicial

A POSIÇÃO DE PORTUGAL
NA EUROPA E NO MUNDO

Nível de abordagem

Com o módulo inicial – “*A posição de Portugal na Europa e no Mundo*” –, pretende-se, por um lado, criar um espaço e um tema conducentes à descoberta dos alunos no que concerne aos hábitos de trabalho, à motivação para o êxito escolar, em geral e para a disciplina de Geografia em particular, considerando a natureza dos cursos onde os alunos estão inscritos. Podem ainda ser levantadas questões que permitam o delinear das actividades a desenvolver ao longo do ano, nomeadamente, o modo como inter-relacionam a Modernidade e a Tradição; como dominam o padrão de distribuição de fenómenos e se posicionam relativamente aos diferentes impactos resultantes da mobilidade crescente de pessoas e bens; como se posicionam relativamente aos problemas ambientais; como encaram as actividades de tempos livres e de lazer; ou como entendem a identidade cultural do povo português. Pretende-se, por outro lado, relembrar as diversas unidades territoriais que formam Portugal, bem como a sua inserção em diferentes espaços naturais, culturais e económicos.

No início deste módulo deve fazer-se uma avaliação diagnóstica relativa aos conceitos/noções básicas consideradas aprendizagens prévias e implementar estratégias de recuperação. Assim, a consolidação deve incidir preferencialmente sobre os conhecimentos relativos à localização e escalas.

Com o conteúdo “A composição do território nacional” sugere-se a referência á organização administrativa de Portugal.

No que respeita à composição e posição do território nacional considera-se pertinente que, por um lado se faça a referência às águas territoriais e ao espaço aéreo e, por outro lado, a partir do conceito de escala, sejam efectuados cálculos respeitantes às dimensões do território, às distâncias entre Portugal Continental e os arquipélagos, entre os Açores e o continente americano e entre a Madeira e o continente africano.

Com o conteúdo “A posição geográfica de Portugal” pretende-se que se faça, a partir da análise de mapas de diferentes escalas, a localização absoluta e relativa de Portugal Continental e Insular. Sugere-se a realização de exercícios de leitura das coordenadas geográficas, nomeadamente, do valor dos paralelos que limitam Portugal Continental. Através de exercícios de localização relativa pretende evidenciar-se a posição periférica do nosso território relativamente à Europa, salientando a posição do cabo da Roca e dos cabos Raso, Espichel e de Sines, referenciais na delimitação das águas territoriais.

Com o conteúdo “A inserção de Portugal em diferentes espaços” pretende-se evidenciar a importância da inserção de Portugal nos diferentes espaços naturais, económicos e culturais; sugere-se, por isso, que se enfatize o dualismo geográfico/cultural do nosso país que advém da sua posição entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Relativamente à União Europeia, deve ser feita uma abordagem que permita aos alunos relembrar o espaço físico e político desta organização, o significado do Tratado de Roma e do Tratado de Maastricht e, a importância da integração de Portugal.

Deve ainda ser dado especial destaque às relações que o nosso país mantém com os países de língua oficial portuguesa e com as comunidades de emigrantes espalhadas pelo Mundo (em particular as que residem na Europa, no Brasil, nos EUA, no Canadá, na Venezuela e na África do Sul) reconhecendo o intercâmbio cultural que daí advém.

Por último, através de uma abordagem breve, sugere-se que se evidencie a importância geoestratégica de Portugal na era da globalização.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

Conceitos

Noções básicas

Abrasão marinha
Arriba
Bacia sedimentar
Caldeira
Cordilheira Central
Costa
Declive
Energia alternativa
Erosão
Estalactites
Estalagmites
Estuário
Fonte de energia renovável
Fumarola
Gruta
Meseta Ibérica
Pico vulcânico
Praia
Ravina
Recurso endógeno
Relevo cársico
Relevo glaciário
Rift
Turismo balnear
Turismo rural
Unidade morfológica
Vale encaixado
Vertente

Núcleo conceptual

A diversidade das características naturais das paisagens portuguesas como aspecto a valorizar e a preservar.

Subtema

1.1 – Os contrastes no relevo

1.1.1 – As características morfológicas de Portugal Continental

- as áreas de montanha
- as áreas de planície e de planalto
- as áreas costeiras

1.1.2 – O relevo de Portugal Continental no conjunto da Península Ibérica

- a Meseta Ibérica
- as Montanhas Periféricas
- as Bacias Sedimentares

1.1.3 – A morfologia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira

- a origem vulcânica
- as formas de relevo vulcânico

1.1.4 – A valorização económica do relevo

- o turismo e as actividades de lazer
- a energia eólica

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Caracterizar morfológicamente o território português.
- Integrar o relevo de Portugal no relevo da Península Ibérica.
- Caracterizar a costa portuguesa.
- Caracterizar a morfologia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.
- Relacionar a morfologia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira com a sua génese vulcânica.
- Debater a importância das formas de relevo vulcânico para o turismo dos Açores e da Madeira.
- Discutir a importância económica do relevo de Portugal.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO
QUADRO NATURAL DE
PORTUGAL

1.1 – Os contrastes no relevo

Nível de abordagem

Na leccionação deste tema deve valorizar-se o recurso à análise de mapas temáticos, fotografias/diapositivos, fotografia aérea, gráficos termopluiométricos, cartas sinópticas e videogramas, de forma a desenvolver competências relacionadas com a análise de documentos gráficos e cartográficos e com a selecção, sistematização e interpretação de dados.

No início deste subtema deve fazer-se uma avaliação diagnóstica relativa aos conceitos/noções básicas consideradas aprendizagens prévias e implementar estratégias de recuperação conducentes à supressão de eventuais falhas. Assim, a consolidação deve incidir sobre os conhecimentos relativos às principais formas de relevo.

Com o tratamento do subtema 1.1 – “*Os contrastes no relevo*” – pretende-se salientar os contrastes morfológicos do nosso território numa perspectiva de valorização dessas diferenças.

Com o conteúdo 1.1.1 pretende-se caracterizar morfológicamente o território, no que respeita à distribuição das principais formas de relevo. Assim, sugere-se que se faça a localização e a orientação dos principais sistemas montanhosos, identificando algumas serras nomeadamente Aire, Arrábida, Candeeiros, Caramulo, Estrela, Gardunha, Gerês, Grândola, Lousã, Marão, Monchique, Montemuro, Peneda e Sintra. Relativamente às áreas costeiras é importante fazer referência às características do litoral salientando, por um lado, a acção erosiva do mar e os riscos inerentes à excessiva ocupação humana dessas áreas. Por outro lado, sugere-se que se salientem aspectos da nossa costa que podem ser valorizados turisticamente, como é o caso das rias de Aveiro e Formosa e da Concha de São Martinho. Sugere-se ainda que se saliente a importância ecológica dos estuários, bem como o seu interesse turístico que deve ser conciliado com a preservação do património aí existente. É importante debater com os alunos as diferentes hipóteses de gestão destas áreas de risco.

Com o conteúdo 1.1.2 pretende-se salientar que o estudo do relevo de Portugal é indissociável do estudo do relevo da Península Ibérica. Nesse sentido devem desenvolver-se actividades de localização das Bacias Sedimentares, da Meseta Ibérica, das serras da Cordilheira Central e das Montanhas Periféricas, evidenciando a continuidade física de algumas delas.

No conteúdo 1.1.3 aconselha-se uma abordagem que evidencie a singularidade morfológica dos Açores e da Madeira, relacionando-a com a sua génese vulcânica e destacando a existência de formas de vulcanismo secundário, numa perspectiva de valorização turística e de potencialização dos recursos endógenos.

Com o conteúdo 1.1.4 sugere-se que se equacionem aspectos da valorização económica do relevo, numa perspectiva de tornar as suas vantagens comparativas em vantagens competitivas. Considera-se relevante problematizar as formas de turismo balnear assim como a exploração turística das áreas de altitude mais elevada. Deve fazer-se um estudo que valorize a preservação da natureza e que destaque singularidades ligadas ao relevo, como por exemplo, formas glaciárias, formas cársicas e os socalcos. Sugere-se uma abordagem que facilite o debate sobre as hipóteses de viabilidade de práticas como a espeleologia ou os desportos-aventura. Considera-se também importante destacar o aproveitamento da energia eólica no litoral e nas áreas de altitude elevada.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

Conceitos

Noções básicas

Águas minerais

Águas termais

Energia geotérmica

Indústria extractiva

Jazida

Mina

Minério

Recurso:

- Endógeno/exógeno

- Renovável/Não renovável

Rocha industrial

Rocha ornamental

Termalismo

Núcleo conceptual

A diversidade das características naturais das paisagens portuguesas como aspecto a valorizar e a preservar.

Subtema

1.2 – As potencialidades do subsolo

1.2.1 – Os recursos do subsolo

- as rochas industriais e ornamentais
- as águas termais
- a geotermia

1.2.2– A valorização económica do subsolo

- a indústria extractiva
- o termalismo
- as águas minerais
- a energia geotérmica

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Localizar os recursos do subsolo de maior valor económico.
- Conhecer a distribuição das principais fontes termais em Portugal.
- Valorizar as potencialidades económicas do subsolo.
- Equacionar os impactos ambientais resultantes das actividades turísticas e da indústria extractiva.
- Debater medidas conciliadoras das diferentes actividades económicas com o equilíbrio ambiental.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

1.2 – As potencialidades do subsolo

Nível de abordagem

O subtema 1.2 – “*As potencialidades do subsolo*” - deve ser abordado de uma forma que privilegie aspectos diferenciados para o Curso Tecnológico de Ordenamento do Território e para o Curso Tecnológico de Turismo. No primeiro caso, a abordagem deve incidir sobretudo na exploração sustentada dos recursos do subsolo e, no segundo caso, na valorização das diversas actividades turísticas.

Com o conteúdo 1.2.1 pretende-se a inventariação e a localização, não exaustivas, das principais áreas de exploração das rochas ornamentais e das industriais de maior valor económico, bem como a localização dos principais recursos energéticos, dando particular destaque à exploração da energia geotérmica nos Açores. Sugere-se também a localização das principais fontes de águas termais e minerais levando os alunos a compreender a origem desses fenómenos através da análise explicativa de um caso concreto no nosso país.

Com o conteúdo 1.2.2 pretende-se salientar o valor económico das rochas industriais/ornamentais e problematizar a exploração mineira em Portugal. Sugere-se também a promoção de debates sobre os impactos ambientais decorrentes da exploração mineira, bem como sobre a necessidade de recuperação ambiental das áreas mineiras, estando as minas em funcionamento ou não. Esta abordagem deve ser feita tendo em consideração casos existentes no meio onde se insere a escola.

Com este conteúdo deve igualmente valorizar-se os fenómenos de termalismo, numa perspectiva de potencialização deste recurso endógeno, sobretudo para a actividade turística, bem como a exploração económica de águas minerais. Considera-se importante que, no Curso Tecnológico de Turismo, se estabeleça a diferença entre águas minerais e águas de mesa e entre águas naturalmente gaseificadas ou não.

No que respeita à energia geotérmica, deve salientar-se a importância deste recurso endógeno nos Açores, mas referindo também as hipóteses de viabilidade de exploração desta fonte de energia em Portugal Continental. A propósito deste assunto sugere-se uma abordagem à problemática da dependência energética do nosso país, à sua conseqüente vulnerabilidade face ao exterior, bem como à necessidade de potencializar os recursos energéticos existentes no nosso território.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

Conceitos

Noções básicas

Amplitude de variação

térmica

Anticiclone

Clima

Convecção térmica

Depressão barométrica

Elemento de clima

Estado de tempo

Evapotranspiração

Exposição geográfica

Factor de clima

Insolação

Linha Isobárica

Linha Isotérmica

Massa de ar

Nebulosidade

Período seco estival

Precipitação atmosférica

Pressão atmosférica

Situação meteorológica

Superfície frontal polar

Temperatura média

Tipos de precipitação:

- convectiva

- frontal

- orográfica

Ventos Alíseos

Ventos de Oeste

Núcleo conceptual

A diversidade das características naturais das paisagens portuguesas como aspecto a valorizar e a preservar.

Subtema

1.3 – A diversidade do clima

1.3.1 – A especificidade climática de Portugal Continental

- a variação termopluviométrica
- a irregularidade da precipitação
- a duração do período seco estival

1.3.2 – As características do clima dos arquipélagos dos Açores e da Madeira

- os Açores e a trajectória das depressões barométricas
- a exposição geográfica da Madeira

1.3.3 – A valorização económica do clima

- no turismo
- no aproveitamento energético

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Relacionar a distribuição da temperatura e da precipitação com os diversos factores de clima.
- Relacionar a variabilidade da precipitação com a deslocação em latitude dos centros de altas e baixas pressões.
- Explicar a especificidade climática de Portugal Continental.
- Relacionar as características climáticas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira com a sua localização.
- Discutir a valorização económica do clima de Portugal.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

1.3 – A diversidade do clima

Nível de abordagem

No início deste subtema deve fazer-se uma avaliação diagnóstica relativa aos conceitos/noções básicas consideradas aprendizagens prévias e implementar estratégias de recuperação conducentes à supressão de eventuais falhas. Assim, a consolidação deve incidir sobre os conhecimentos relativos à distribuição e caracterização dos grandes conjuntos climáticos à superfície da Terra.

O tratamento do subtema 1.3 – “*A diversidade do clima*” - deve centrar-se no conhecimento das características do clima de Portugal, assim como na explicação das respectivas variações espaciais e nos seus reflexos na paisagem.

Com o conteúdo 1.3.1 sugere-se a análise da especificidade do clima de Portugal Continental designadamente no que diz respeito ao regime termopluviométrico, salientando a irregularidade intra e interanual da precipitação e a duração do período seco estival, enfatizando as respectivas consequências. Sugere-se o recurso à construção e análise de gráficos termopluviométricos, assim como à observação de situações sinópticas simples (aconselha-se a consulta da página do Instituto de Meteorologia e Geofísica, na *internet*). Esta abordagem não pressupõe um estudo exaustivo das diferentes situações meteorológicas que afectam o estado do tempo em Portugal Continental nem, tão pouco, um estudo aprofundado da evolução das perturbações da frente polar. Sugere-se também o recurso a mapas de isotérmicas e de totais de precipitação, para a análise da distribuição da temperatura e da precipitação, relacionando essa distribuição com a topografia, a altitude, a latitude e a proximidade do mar. Considera-se suficiente, para o estudo do clima em Portugal, o conhecimento da circulação atmosférica na zona temperada do norte.

Com o conteúdo 1.3.2 pretende-se uma abordagem idêntica à realizada para Portugal Continental destacando, no caso dos Açores, a posição do arquipélago relativamente à trajectória das depressões subpolares e ao Anticiclone dos Açores. No arquipélago da Madeira deve destacar-se a sua posição em latitude, bem como a influência da altitude e da orientação do relevo na diferenciação climática.

Com o conteúdo 1.3.3 pretende-se salientar a raridade da ocorrência do clima mediterrâneo no Mundo, debatendo questões como a importância das suas características para o aproveitamento da energia solar, para a colocação antecipada de produtos agrícolas nos mercados ou mesmo para o cultivo de espécies de climas mais quentes, assim como a importância da sua distribuição para a promoção do turismo. Sugere-se também a discussão das vantagens do clima dos Açores e da Madeira para o desenvolvimento de actividades turísticas e para a prática de uma agricultura orientada para a produção de alguns produtos, nomeadamente de frutos tropicais, flores e primores.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO QUADRO NATURAL DE PORTUGAL

Conceitos

Noções básicas

Água subterrânea
Água superficial
Albufeira
Aquífero
Bacia hidrográfica
Balanço hídrico
Barragem
Bem público
Carga sólida
Caudal
Caudal ecológico
Cheia
Desertificação
Disponibilidade hídrica
Escorrência
Estação de tratamento de águas (ETA)
Estação de tratamento de águas residuais (ETAR)
Eutrofização
Leito de estiagem
Leito de cheia
Infiltração
Produtividade aquífera
Recurso hídrico
Rede hidrográfica
Região hidrográfica
Toalha freática

Núcleo conceptual

A diversidade das características naturais das paisagens portuguesas como aspecto a valorizar e a preservar.

Subtema

1.4 – As disponibilidades hídricas

1.4.1 – A irregularidade na distribuição da água

- as águas subterrâneas
- as águas superficiais

1.4.2 – A utilização dos recursos hídricos

- os contrastes a norte e a sul do Mondego
- os problemas na utilização da água

1.4.3 – A gestão dos recursos hídricos

- a gestão das bacias hidrográficas luso-espanholas
- a protecção e o controlo da qualidade da água
- a racionalização dos usos

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Inventariar as disponibilidades hídricas de Portugal.
- Explicar a irregularidade na distribuição da água no território português.
- Relacionar o regime hidrográfico com a irregularidade da precipitação.
- Reconhecer as vantagens da retenção da água num clima como o de Portugal.
- Relacionar os diferentes usos das águas das albufeiras com a sua localização.
- Compreender os impactos decorrentes da construção de barragens.
- Reflectir sobre a necessidade de uma correcta gestão dos recursos hídricos.
- Debater a dependência hídrica de Portugal em relação a Espanha.
- Compreender a importância de medidas de protecção e gestão dos recursos hídricos.

Tema 1

A DIVERSIDADE DO
QUADRO NATURAL DE
PORTUGAL

1.4 – As disponibilidades hídricas

Nível de abordagem

Com o subtema 1.4 – “*As disponibilidades hídricas*” - pretende-se que os alunos compreendam a importância de uma gestão racional da água num clima e num território com as características do de Portugal. Pretende-se também valorizar a importância da quantidade e qualidade da água, tendo em vista a saúde pública e o ordenamento do território.

Com o conteúdo 1.4.1 sugere-se uma inventariação das disponibilidades hídricas, tanto subterrâneas como superficiais, relacionando-as com as características climáticas e com a natureza das rochas. Esta inventariação deverá contemplar o caso das lagoas e das albufeiras, as primeiras muito relevantes no caso do arquipélago dos Açores e as segundas no Continente. Um outro aspecto a salientar é o do carácter concentrado da precipitação, relacionando-o com os seus efeitos quer ao nível da carga sólida que os cursos de água podem transportar, quer em termos da ocorrência e da natureza das cheias. Sugere-se ainda que se estabeleça a relação entre as cheias, o tipo de vale e o tipo de rede hidrográfica. A este propósito sugere-se a problematização da ocupação e limpeza dos leitos de cheia, tanto nos grandes cursos de água como nas pequenas ribeiras e da desarborização dos troços mais altos e mais declivosos das bacias hidrográficas.

Com o conteúdo 1.4.2 pretende-se salientar a necessidade de retenção da água num clima como o de Portugal, equacionando os impactos positivos e os negativos que advêm da construção de barragens. Considera-se importante salientar as diferenças nos usos da água das albufeiras públicas, a norte e a sul do rio Mondego. Sugere-se ainda a análise do crescente aumento dos consumos doméstico e agrícola, relacionando estes aumentos com a maior ou menor disponibilidade hídrica das diferentes regiões e com os problemas decorrentes da sua utilização como, por exemplo, a sobre-exploração, a poluição difusa ou a eutrofização dos aquíferos.

Com o conteúdo 1.4.3 pretende-se sensibilizar os alunos para os problemas relacionados com a gestão das bacias hidrográficas nacionais e internacionais, nomeadamente as questões relacionadas com os caudais ecológicos nos rios internacionais. Considera-se pertinente debater assuntos como a conflitualidade entre os diferentes usos e a qualidade da água para o abastecimento municipal. Sugere-se a realização de um estudo local sobre a situação do tratamento das águas residuais, da qualidade da água, quer para o consumo doméstico, quer para o uso agrícola e mesmo para as actividades de lazer. Um outro aspecto a debater é o dos custos dos diferentes tratamentos da água e o do seu posterior uso.

Tema 2

AS PAISAGENS: IMOBILIDADE E MUDANÇA

Conceitos

Noções básicas

Ambiente
Área metropolitana
Elementos da paisagem
Estrutura agrária
Espaço agrário
Espaço agrícola
Espaço rural
Exploração agrícola
Grande área urbanizada
Morfologia agrária
Paisagem
Parcela agrícola
Povoamento
Região geográfica

Núcleo conceptual

Portugal enquanto território complexo e contrastado origina paisagens diversificadas que importa compreender.

Subtema

2.1 – A variedade das paisagens em Portugal

2.1.1 – Os elementos identificadores da paisagem

- a unidade climática
- a unidade morfológica
- as actividades humanas e a organização do território

2.1.2 – O tradicionalismo das paisagens rurais

- o Noroeste
- o Nordeste
- o Sul
- o Centro
- o arquipélago dos Açores
- o arquipélago da Madeira

2.1.3 – O dinamismo das paisagens urbanas

- as áreas metropolitanas
- as grandes áreas urbanizadas

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Identificar os elementos de uma paisagem.
- Compreender as paisagens como resultado da interacção dos elementos naturais e humanos.
- Caracterizar as diferentes paisagens rurais de Portugal.
- Caracterizar as paisagens urbanas de maior dinamismo.
- Discutir a importância da valorização da diversidade paisagística.

Tema 2

AS PAISAGENS:
IMOBILIDADE
E MUDANÇA

2.1 – A variedade das paisagens em Portugal

Nível de abordagem

Na leccionação deste tema deve valorizar-se o recurso à análise de fotografias/diapositivos, fotografia aérea, maquetes, mapas corográficos e topográficos e videogramas, de forma a desenvolver competências relacionadas com a análise de imagens e documentos cartográficos. Sempre que possível sugere-se também a realização de trabalho de campo.

Com o subtema 2.1 – “*A variedade das paisagens em Portugal*” - pretende-se que, através do estudo da sua diversidade, se valorizem as paisagens como património natural e construído e como locais de memória das diferentes comunidades. No Curso Tecnológico de Ordenamento do Território torna-se indispensável a articulação com o tema 2 do programa da disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território – “*A leitura das paisagens*”.

Com o conteúdo 2.1.1 pretende-se que seja feita uma reflexão sobre o conceito de paisagem, para o que é necessário a identificação dos critérios que permitem individualizar paisagens nomeadamente, a morfologia, o clima, a cobertura vegetal e as características da implantação humana. A este propósito considera-se pertinente veicular o conceito de região geográfica como uma área de ocorrência de um determinado tipo de paisagem.

Com o conteúdo 2.1.2 pretende-se que, utilizando de uma forma integrada os conteúdos dos temas anteriores, se trace um retrato das várias paisagens do país que apresentam uma feição predominantemente rural e tradicional, destacando os factores que explicam o seu tradicionalismo.

Sugere-se, assim, a identificação e a caracterização de algumas paisagens-tipo, não numa perspectiva de análise e individualização exaustivas, mas de destaque daquelas que, pelo seu tradicionalismo, possam contribuir para a potencialização do turismo.

Com o conteúdo 2.1.3 sugere-se a caracterização das áreas metropolitanas e das grandes áreas urbanizadas, identificando os factores que contribuíram para a sua evolução. Deve, contudo, ter-se em atenção que este assunto será abordado no 11º ano, onde serão feitas análises de pormenor.

Considera-se importante finalizar este subtema com uma reflexão acerca da valorização patrimonial e económica das diferentes paisagens em Portugal.

Tema 2

AS PAISAGENS: IMOBILIDADE E MUDANÇA

Conceitos

Noções básicas

Área de paisagem

protegida

Biodiversidade

Duna

Equilíbrio ambiental

Parque nacional

Parque natural

Património

Património paisagístico

Paúl

Rede Natura

Região de turismo

Reserva florestal

Reserva natural

Sapal

Núcleo conceptual

Portugal enquanto território complexo e contrastado origina paisagens diversificadas que importa compreender.

Subtema

2.2 – As paisagens e o ambiente

2.2.1 – As paisagens como património a preservar

- as áreas litorais
- os estuários
- as áreas florestais

2.2.2 – A gestão e manutenção das paisagens

- as formas de gestão das paisagens
- o ambiente e as actividades turísticas

No final deste subtema o aluno deve ser capaz de:

- Identificar paisagens de equilíbrio ambiental frágil.
- Reconhecer a necessidade de preservação das paisagens.
- Conhecer níveis de intervenção na preservação das paisagens.
- Reflectir sobre a participação dos diversos agentes na implementação das medidas de gestão e manutenção das paisagens
- Salientar a importância da preservação do património natural como medida para alcançar o desenvolvimento sustentável.
- Debater a importância da valorização dos espaços naturais como recursos endógenos fundamentais na actividade turística e para o ordenamento do território.

Tema 2

AS PAISAGENS: IMOBILIDADE E MUDANÇA

2.2 – As paisagens e o ambiente

Nível de abordagem

Com o subtema 2.2 – “*As paisagens e o ambiente*” pretende-se evidenciar a necessidade de preservar e valorizar áreas que a nível nacional, europeu e/ou mundial constituem patrimónios naturais cada vez mais raros.

Com o conteúdo 2.2.1 sugere-se a valorização dos espaços naturais, evidenciando as áreas de grande fragilidade ambiental, nomeadamente, as áreas litorais, os estuários e as florestas, salientando formas que possibilitem a preservação desses espaços.

Relativamente às áreas litorais e aos estuários pretende-se o debate sobre os problemas resultantes da excessiva carga demográfica. Sugere-se que, a propósito das áreas litorais, se salientem os riscos de construção sobre a linha de costa, bem como os riscos de poluição resultante dos efluentes urbano-industriais e de poluição difusa. No que se refere aos estuários deve salientar-se a importância dos sapais como ecossistemas a proteger.

No que concerne às áreas florestais é importante destacar os riscos resultantes da monocomposição florestal, da falta de limpeza do sub-bosque e da falta de aceiros. No estudo da cobertura vegetal sugere-se que se recuperem conteúdos de outras disciplinas relativos à identificação de elementos vegetais, nomeadamente, os pinheiros manso e bravo, os carvalhos de folha caduca, o sobreiro, a azinheira, a oliveira, a alfarrobeira, o loureiro, o medronheiro e as plantas aromáticas. Neste âmbito deve ser feita uma menção particular à laurissilva, na ilha da Madeira. É também importante realçar a necessidade de valorizar a biodiversidade existente em Portugal no contexto da U.E. em geral e, da Península Ibérica em particular. Assim, considera-se importante fazer referência aos objectivos da Rede Natura.

Com o conteúdo 2.2.2 pretende-se a identificação dos vários agentes responsáveis pela gestão e manutenção das paisagens, enfatizando o papel do indivíduo enquanto “utilizador” das mesmas. Deve ser feita uma confrontação de diferentes propostas de recuperação paisagística, promovendo o debate sobre as várias alternativas para a valorização das paisagens. Nesse sentido, devem localizar-se os principais parques naturais, as reservas naturais e as áreas protegidas do país. Sugere-se ainda a análise de situações de áreas naturais pouco transformadas, de áreas com problemas resultantes de má gestão territorial, e de áreas que tenham sido alvo de estratégias adequadas de valorização, recorrendo, sempre que possível, a exemplos relativos à área envolvente da escola. Considera-se também relevante o debate sobre a conciliação entre a promoção turística e a preservação ambiental, nomeadamente nas regiões de turismo. A este propósito deve ser feita referência à nomenclatura turística oficial.

**ESTUDO
DE
CASO**

Núcleo conceptual

O estudo da região como contributo para o desenvolvimento de um sentimento de identidade e de responsabilidade territoriais

Estudo de caso

“Como valorizar e preservar as paisagens da minha região?”

No final deste estudo o aluno deve ser capaz de:

- Caracterizar as paisagens da sua região.
- Inventariar os problemas ambientais existentes na região onde vive.
- Inventariar as vantagens comparativas da sua região.
- Debater propostas concretas de resolução dos problemas detectados na sua região.
- Reflectir sobre as suas atitudes e as da sociedade onde vive face ao seu meio.
- Valorizar o património natural e construído nas paisagens da sua região.

**ESTUDO
DE
CASO**

Nível de abordagem

O estudo de caso apresenta-se como uma oportunidade para os alunos realizarem um estudo experimental aplicado à região onde vivem, utilizando para o efeito os conhecimentos que adquiriram ao longo do ano. Os alunos do Curso Tecnológico de Ordenamento do Território poderão utilizar também os conhecimentos sobre a produção gráfica e cartográfica adquiridos na disciplina de Técnicas de Ordenamento do Território.

No tratamento de cada caso, sugere-se o recurso à metodologia de trabalho de projecto, incluindo o trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica, a recolha e o tratamento de informação recorrendo a diversas fontes. Sugere-se ainda a possibilidade de elaboração de mapas com propostas de ordenamento de território da região onde os alunos vivem.

Sugere-se que o trabalho seja orientado para o estudo do quadro natural e para as problemáticas ambientais da região estudada. Devem ainda ser apresentadas propostas com o intuito da valorização e preservação das paisagens dessa região.

4ª PARTE

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia de carácter pedagógico

García, A. (1995). *Didáctica e innovación curricular*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.

Esta obra é uma referência actualizada e rigorosa sobre o «desenho», o desenvolvimento, a inovação e a avaliação curricular. Na primeira parte da obra, para além dos conceitos fundamentais, pode encontrar-se uma boa fundamentação sobre teorias e modelos de análise quanto ao «desenho», ao desenvolvimento e á avaliação curricular. A segunda parte apresenta uma informação sobre as diversas perspectivas, modelos, processos de inovação na sala de aula. Trata-se de uma obra de carácter geral, mas nem por isso menos importante, uma vez que aborda os “grandes temas” e as diferentes perspectivas de análise sobre Didáctica e Currículo.

Henriques, M.e outros.(1999). *Educação para a cidadania*, Lisboa: Plátano Editora.

Esta obra visa o ensino da cidadania com independência e sem endoutrinamento, levando a conhecer factores sociais, conceitos teóricos, antecedentes históricos, ao mesmo tempo que abre pistas de pesquisa e de aprofundamento. Apresenta-se sob a forma de um roteiro dividido em sete unidades que ajudam a compreender a vida pública, local e nacional, e a avaliar o lugar de Portugal na comunidade internacional. As matérias visam a compreensão básica de temas de cidadania. Apresenta ainda instrumentos didácticos usuais no processo de ensino/aprendizagem: sumários, enunciados de objectivos e palavras-chave, desenvolvimento das matérias, boas práticas e testes de avaliação de conhecimentos.

Prieto, F. B. (1994). *La evaluación en la educación secundaria*, Salamanca: Editorial Amarú,

Esta obra ajuda a compreender o papel desempenhado pela avaliação, assim como a sua função e a contribuição do processo avaliativo no desenvolvimento das capacidades de todos os alunos. Mostra também as possíveis relações com o desenvolvimento de projectos curriculares. Nesta obra surgem, ainda, inúmeros instrumentos de grande utilidade para os docentes uma vez que concretizam o modelo de avaliação em exemplos concretos muito práticos para os professores. Trata-se de um livro actual, prático e concreto e onde se concilia a teoria com a prática.

Bibliografia de Didáctica da Geografia

González, X. M. Souto (1998). *Didáctica de la Geografía*, Barcelona: Ediciones Del Serbal.

Esta obra mostra como a Geografia favorece a compreensão de outras culturas, evidenciando diferentes relações do homem com o ambiente. Nela se demonstra como a Educação Geográfica permite desenvolver a autonomia do aluno, levando-o a levantar e a resolver problemas geográficos.

O ensino da Geografia não se deve reduzir ao ensino de conceitos e teorias explicativas; é importante conhecer os esquemas de conhecimento de cada aluno, tendo em consideração o contexto social onde ele está inserido. Considerando estes dois vectores é possível desenvolver actividades didácticas que sejam úteis na resolução de problemas sociais e ambientais.

Merenne-Schoumaker, B. (1999). *Didáctica da Geografia*, Porto: Edições Asa.

Esta obra procura articular Geografia e Pedagogia, teoria e prática, propondo aos educadores um instrumento de autoformação, baseado em quatro questões: o que devem saber e saber fazer os estudantes, o que ensinar e como avaliar as aprendizagens? São abordados temas que visam várias problemáticas presentes no ensino da Geografia, nomeadamente, o tipo de Geografia que deve ser ensinada na actualidade, bem como a forma de ensinar; a forma de fazer chegar a Educação Geográfica a todos os alunos; a organização das actividades educativas em função da diversidade dos alunos ao nível das suas necessidades e dificuldades; e a concretização de um ensino que privilegie o ensinar a aprender.

Bibliografia geral de carácter científico

António Barreto (org.) (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999, vol. II: Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*, Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa

Esta obra, de autores diversos, inclui indicadores representativos da situação social portuguesa e indicadores relativos às empresas existentes e respectivos trabalhadores. Apresenta ainda tabelas contendo as comparações desde 1960 entre os países da União Europeia. Explora também as várias dimensões da análise demográfica de Portugal e da União Europeia.

Brito, R. S. (dir.) (1994). *Perfil geográfico*. Lisboa: Editorial Estampa.

Esta obra apresenta um quadro geográfico do território nacional. Nela se abordam questões referentes à morfologia e climatologia, à distribuição da população, às actividades económicas, ao povoamento, à importância dos transportes, aos desequilíbrios regionais e também às relações entre Portugal e a União Europeia. Trata-se de uma obra colectiva dirigida pela autora referida.

Comissão Europeia (1995). *A Europa em Números*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias,

Esta obra é uma síntese da integração europeia e das respectivas políticas sectoriais nomeadamente, população e condições sociais, energia e indústria, agricultura e pesca, comércio externo e balança de pagamentos, serviços e transportes, ambiente e desenvolvimento, salientando factos relevantes da comunidade através de comentários, gráficos, quadros estatísticos e mapas relevantes no momento da sua publicação e que ajudam a compreender algumas das actuais reformas e directrizes comunitárias.

Daveau, S. (1998). *Portugal geográfico*. Porto: Sá da Costa Editora.

Nesta obra, dividida em cinco partes, são expostos de uma forma simples dados de base que permitem a qualquer cidadão entender o país. Na primeira parte aborda-se a posição de Portugal no mundo, sendo analisada a sua situação em termos de ambiente natural e das relações entre os homens. Na segunda parte, faz-se o enquadramento de Portugal no contexto da Península Ibérica e do Atlântico. Na terceira parte, analisa-se a diversidade interna do território, bem como os vários elementos se interligam entre si formando conjuntos regionais diferenciados. Na quarta parte, abordam-se as marcas da vida rural nas paisagens. Por fim, as áreas urbanizadas, a sua estrutura em constante mutação e as suas funções, constituem os temas da última parte.

European Environment Agency (1998). *Europe's environment: the second assessment*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, Elsevier Science Ltd, Oxford

Nesta obra são descritos o estado do ambiente, os impactos e as políticas que visam dar resposta aos doze maiores problemas ambientais europeus nomeadamente as alterações climáticas; a depleção do ozono estratosférico; os lixos; a biodiversidade; a degradação das águas doce e marinha, das áreas costeiras, dos

solos e do ambiente urbano. Contém dados e cartografia relevantes para a docência da disciplina de Geografia.

Gaspar, J. (1993). *As regiões portuguesas*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território,

Esta obra traça um retrato sucinto das regiões portuguesas, apresentando as suas principais características geográficas, históricas, culturais e socio-económicas. Trata-se de uma obra fundamental uma vez que apresenta as regiões portuguesas como espaços identificados com características culturais próprias, resultantes da interação de factores diversos e correspondendo a realidades com contornos territoriais bem definidos. Esta publicação apresenta também uma série de fotografias e mapas ilustrativos das características apresentadas.

Medeiros, C. A (1996). *Geografia de Portugal: ambiente natural e ocupação humana: uma introdução*. Lisboa: Editorial Estampa.

Esta obra apresenta um quadro resumido das principais questões da Geografia de Portugal, funcionando como uma introdução ao estudo aprofundado das mesmas. Por um lado, apoia-se em trabalhos académicos, bem como em obras de base e, por outro lado, reflecte também a concepção pessoal e a experiência do autor. As matérias estão divididas por vários capítulos que tratam os diferentes temas da Geografia Física e da Geografia Humana de Portugal: o território e a sua posição, o relevo, o clima, a população, as actividades económicas (rurais, pesca e indústria), as aglomerações urbanas e a estruturação do território e as suas relações com o exterior.

Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território (1999). *Portugal – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 – Diagnóstico prospectivo*. Lisboa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

Nesta obra, que contém dados e quadros estatísticos relevantes para a docência da disciplina de Geografia, é avaliada a situação da sociedade e da economia portuguesas nos finais da década de noventa e elaborada uma visão prospectiva para o século XXI.

Público & Universidade Autónoma de Lisboa (2000). *JANUS 2001, Anuário de relações exteriores*, Lisboa.

Esta obra é uma colectânea de artigos com pontos de vista de vários autores, organizados em três capítulos distintos. No primeiro capítulo cujo tema é “*Portugal e o Mundo*” é feita uma análise da conjuntura

internacional. No segundo capítulo intitulado “*A «arquitectura» política europeia*” é realizado um levantamento de posições que ajudam a compreender a inserção portuguesa no espaço europeu e no contexto internacional. O terceiro capítulo, que abrange cerca de metade da obra, constitui um dossier sobre a actualidade das migrações internacionais e, ainda, sobre a emigração e a imigração em Portugal.

Salgueiro, T. Barata (1992). *A Cidade em Portugal, uma Geografia urbana*, Lisboa: Edições Afrontamento

Nesta obra faz-se uma sistematização e organização dos conhecimentos de Geografia Urbana que possam ser utilizadas na definição de políticas urbanísticas. Numa primeira parte analisa as características morfológicas das cidades portuguesas tendo em conta a sua evolução histórica, e o papel dos diversos agentes e da legislação urbanística, na configuração do território. Em seguida, explica a organização funcional do espaço urbano. Por fim aborda, o tema das mutações que as cidades sofrem ao longo do tempo.

Sugere-se, ainda, a consulta da seguinte bibliografia:

Bibliografia de carácter pedagógico

Bordenave, J. D. e Pereira, A. D. (1983). *Estratégias de ensino-aprendizagem*, Petrópolis: Edições Vozes.

Casanova, M. A (1995). *Manual de evaluación educativa*. Madrid: Ediciones La Muralla.

Coll, C. (1994). La concepción construtivista y el planteamiento curricular de la reforma, in Escaño, J.;

Díaz, P. (1995). *La educación ambiental como proyecto*. Barcelona: Ediciones Horsori.

Gimeno, J. (1988). *El curriculum: una reflexión sobre la práctica*. Madrid: Morata Ediciones.

Giordan, A. e Souchon, C. (1997). *Uma educação para o ambiente*. Lisboa : IPAMB.

Novak, J. B. (1988). *Aprendiendo a aprender*. Barcelona : Ediciones Martínez Roca.

Novo, M. (1998). *La educacion ambiental, bases éticas, conceptuales y metodológicas*. Madrid: Ediciones UNESCO.

Pacheco, J. (1996). *Currículo: teoria e práxis*, Porto: Porto Editora.

Serna, M. G, *Cómo se aprende y cómo se enseñã*, Ed. Horsori, Barcelona

Zabalza, M. (1994). *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*. Lisboa: Edições Asa.

Bibliografia de Didáctica da Geografia

Alexandre, F.; Diogo, J. (1990). *Didáctica da Geografia, contributos para uma educação no ambiente*.

Lisboa: Texto Editora

Bailey, P. (1981). *Didáctica de la Geografía*. Madrid: Ediciones Cincel.

- Cachinho, H. e Reis, J. (1991). Geografia Escolar – (Re)pensar e (re)agir, Revista *Finisterra*, Vol. XXVI, nº52, pp. 429/443. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos
- Capel, H. e Urteaga, L. (1986). La Geografia en un curriculum de ciencias sociales, Revista *Geocrítica*, nº61, pp. 5/37
- Claval, P. (1989). La place de la géographie dans l'enseignement, Revista *L'Espace Géographique*, Vol. XVIII, nº2, p.123/24
- Claval, P. (1993). *La Géographie au temps de la chute des murs*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Comissão da Educação Geográfica (1992). *Carta Internacional da Educação Geográfica*. Lisboa : Associação dos Professores de Geografia.
- Fabregat, C. (1995). *Geografía y educacion, sugerencias didácticas*. Madrid : Ediciones Huerga Fierro.
- González, X. M. Souto (1988). *Propuesta de diseño curricular de Geografía 12-16 años*. Valência: Cultura, Educació i Ciència.
- González, X. M. Souto e Santos, R. (1996). Ensenar Geografía o educar geográficamente a las personas, *Didáctica de las Ciencias Sociais, Geografia e História*, nº 9, IBER, pp. 15/26
- Graves, N. (1985). *La enseñanza de la Geografía*. Madrid: Ediciones Visor.
- Graves, N. (1989). *Nuevo método para la enseñanza de la Geografía*. Barcelona: Ediciones Teide.
- Jiménez, A M. e Gaite, M. J. M. (1995). *Enseñar Geografía, de la teoría a la práctica*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Lacoste, Y. (1986). *La enseñanza de la Geografía*. Salamanca: ICE.
- Lacoste, Y. (1999). *Géographie, éducation civique*. Paris : Éditions de la Cité.
- Merenne-Schoumaker, B. (1985). Savoir penser l'espace. pour un renouveau conceptuel et méthodologique de l'enseignement de la Géographie dans le secondaire, Revista *L'information Géographique*, nº49, pp.151/60

Bibliografia geral de carácter científico

- Beaujeu-Garnier, J. (1980). *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comissão Europeia (1998). *Retrato das regiões: Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Daveau, S. (1987-1991). *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Ferrão, J. (1992). *Serviços e inovação*. Oeiras: Celta Editora.
- Ferrão, J. (1996). Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes, Revista *Inforgeo*, nº 11, Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 97/104
- Ferrão, J. (2000). Perspectivas e conceitos, problemas e soluções: ilações a retirar da história da geografia, Revista *Apogeo*, nº 19 e 20, Lisboa: Associação de Professores de Geografia, pp. 35/38
- George, P. (1993). *O Homem na Terra – a Geografia em acção*. Lisboa: Edições 70.

- Henriques, E. B. (1996). *Lisboa turística, entre o imaginário e a cidade: a construção de um lugar turístico urbano*. Lisboa: Editora Colibri.
- Lopes, A. S. (1995). *Desenvolvimento Regional*. Lisboa: Edições Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, C. (1990). *O planeamento urbano na Comunidade Europeia*. Col. Universidade Moderna, nº 91. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ribeiro, O. (1970). *Ensaio de Geografia humana e regional*. Lisboa: Sá da Costa Edições.
- Ribeiro, O. (1986). *Iniciação em Geografia humana*. Lisboa: Sá da Costa Edições.
- Ribeiro, O. (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Sá da Costa Edições.
- Salgueiro, T. B. (1992). *A Cidade em Portugal, uma Geografia urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Soneiro, J. C. (1991). *Aproximación a la Geografía del turismo*. Madrid: Ediciones Síntesis.
- Tomas, F. (1994). Du paysage aux paysages, *Revista Geographie de Lyon*, Vol. 69, nº 4, pp. 277/286